

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 532.595 - RJ (2014/0143025-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A**
AGRAVANTE : **COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO**
AGRAVANTE : **COMPANHIA PAULISTA DE COMÉRCIO MARÍTIMO**
AGRAVANTE : **LIBRA TERMINAIS S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
AGRAVANTE : **LIBRAPORT AGÊNCIA MARÍTIMA E OPERADORA PORTUÁRIA S/A**
ADVOGADOS : **MARISE CAMPOS E OUTRO(S) - RJ051913**
HENRIQUE OSWALDO MOTTA - RJ018171
AGRAVANTE : **ROSSINI BEZERRA DE ARAÚJO**
AGRAVANTE : **MARCOS VIEIRA**
ADVOGADO : **ROSSINI BEZERRA DE ARAÚJO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RJ053089**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Cuida-se de agravo nos próprios autos interposto por Libra Administração e Participações S.A. e outras em face da admissibilidade negativa de recurso especial, que visa à reforma de acórdão cuja ementa possui o seguinte teor (fl. 3.766):

Apelação cível. Contratos de prestação de serviços advocatícios, rescindidos em 2004. Pretensão de cobrança de honorários sujeita ao prazo prescricional de cinco anos (artigo 25, I, Lei 8.906/94). Ação tempestivamente ajuizada. Prejudicial de prescrição rejeitada. Laudo pericial que apura, com precisão, a extensão do trabalho desenvolvido pelos contratados. Partes que ajustaram a incidência de honorários de 15%, somente na hipótese de êxito. Patamar que comporta redução para 7,5%, tendo em vista que a rescisão ocorreu no curso das execuções. Crédito somente exigível depois do levantamento das quantias pelos constituintes, conforme previsto no pacto. Importância já recebida por um dos autores - que deve ser abatida da condenação. Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 3.639/3.641.

No especial, interposto com fundamento na Constituição Federal, art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", as ora agravantes alegam a violação dos arts. 21, 125 e 535,

inciso II, do Código de Processo Civil de 1973, além de divergência jurisprudencial com esta Corte e tribunais de justiça, a pretexto, primeiramente, de nulidade por negativa de prestação jurisdicional em virtude da manutenção do vício da omissão acerca do decaimento recíproco pela redução da vitória da parte adversa.

No mérito, insistem que o decotamento pelo acórdão recorrido da maior parte dos pedidos formulados, com expressiva redução do valor obtido, dos originalmente estimados em R\$ 4.092.576,50 (quatro milhões, noventa e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) para R\$ 1.422.809,57 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e sete centavos) impõe a distribuição proporcional dos ônus entre os litigantes.

Não foram apresentadas contrarrazões (cf. certidão de fl. 3.765).

A admissibilidade negativa apontou ausência de violação ao art. 535 do CPC revogado; pretensão de reexame de matéria probatória e divergência sem cotejo analítico, por meio de mera transcrição de ementas, apenas as duas primeiras objeto de suficiente impugnação pela peça de fls. 3.821/3.831, razão por que, com exceção da divergência, considero superado o limite do conhecimento.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

Preliminarmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto ao art. 125 do CPC pretérito, pois é estranho ao julgado recorrido e aos embargos de declaração, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Ainda de início, não há falar em deficiência na prestação jurisdicional, uma vez que a Corte de origem enfrentou com suficiência e clareza as questões que mereciam apreciação.

Conforme tem decidido o STJ, não se exige que o julgador, para expressar os motivos que lhe formaram o convencimento e demonstrar o raciocínio lógico trilhado para chegar à conclusão acerca das questões de fato e de direito, analise todos os argumentos

apresentados pelas partes.

É preciso ter presente que a oposição de embargos de declaração perante o tribunal de segundo grau, juntamente com a alegação de negativa de prestação jurisdicional no recurso especial, não necessariamente levam à anulação do acórdão lavrado no julgamento de tais embargos (com a consequente devolução dos autos à origem para rejuízo), nem tornam certa a conclusão, na Corte superior, de que a questão esteja prequestionada. O ponto central em torno da possível ocorrência de defeito na prestação jurisdicional consiste em verificar se a omissão, contradição ou obscuridade apontada nos embargos dizem respeito a questões necessárias para a solução da causa. Se o tribunal de origem apresenta fundamentação suficiente para a completa prestação jurisdicional, não está, de fato, obrigado a se manifestar sobre questões paralelas que não viriam a interferir, sequer reflexamente, no seu entendimento.

A existência de decisão em sentido contrário ao almejado pela parte, ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes, não dá ensejo à declaração de nulidade.

Ademais, o julgador não está obrigado a decidir a lide a partir das normas que a parte entende aplicáveis ao caso. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS TIDOS POR VIOLADOS – SÚMULA 211 DO STJ – TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO – FÉRIAS E RESPECTIVOS ADICIONAIS – FUNDAMENTO CENTRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO – SÚMULA 283/STF.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.
2. Descumprido o necessário e indispensável exame dos artigos tidos por violados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.
3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz

dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado. Nesse sentido: EDcl no REsp 463380, Rel. Min. José Delgado, DJ 13.6.2005.

(...)

Agravo regimental improvido.

(Segunda Turma, AgRg no REsp 1.137.776/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 23.10.2009)

O acórdão estadual, apreciando os pleitos deduzidos na apelação, relativamente à legitimidade dos pedidos dos agravados deferidos pela sentença, assim se manifestou (fls. 3.589/3.590):

De acordo com o avençado, os honorários seriam devidos no patamar de 15% sobre o benefício econômico auferido nas ações de repetição de indébito e 10% nos mandados de segurança (fls. 50/97).

No tocante aos mandados de segurança, o *expert* do juízo não pôde quantificar o benefício econômico decorrente das impetrações; ou seja, quanto os contratantes teriam deixado de pagar a título de adicional de tarifa portuária. Assim, sugeriu honorários, em cada processo, na quantia de R\$ 6.000,00.

Pela análise das petições iniciais das ações mandamentais em que atuaram os autores, verifico que a tese jurídica deduzida era a mesma em todos eles, consubstanciada na incidência da Súmula 50 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual: "o adicional de tarifa portuária incide apenas nas operações realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto de comércio de navegação de logo curso".

No entanto, para cada impetração era necessária a indicação das operações que seriam realizadas pelo respectivo impetrante, para o fim de impedir a incidência da exação. Ademais, as cifras decorrentes da tributação eram elevadas e alguns processos tramitaram em outros Estados.

Diante dessas premissas, considero razoável a verba alvitrada pelo perito, que deve ser corrigida e acrescida de juros de mora, desde a data do laudo, pois até então a obrigação era ilíquida.

Por outro lado, o perito, às fls. 2.952, relaciona vários processos em que houve a denegação da ordem. E, nesses

casos, não são devidos honorários, porque as partes ajustaram pagamento apenas na hipótese de êxito.

No que diz respeito às ações de repetição de indébito, o Juízo a quo estabeleceu o percentual de 15% do valor das condenações, conforme estipulado no contrato. Considero, no entanto, que a verba deve ser reduzida para guardar proporção com o trabalho desenvolvido. Afinal, os advogados deixaram de atuar nos processos antes da conclusão da fase de execução.

O perito também registrou que o segundo recorrido, Rossini Bezerra de Araújo, recebeu quantias em nome das mandatárias, mas não as repassou (fls. 2312). Por isso, forçoso concluir que, nessa parte, os réus provaram fato extintivo do direito dos autores.

Ante o exposto, dou provimento parcial ao recurso para: 1) arbitrar em 7,5% os honorários devidos pelos réus, nas ações de repetição de indébito listadas no laudo pericial; 2) afastar os honorários arbitrados na sentença, referentes aos processos em que os recorrentes sucumbiram; 3) abater do valor devido as quantias retidas pelo segundo autor, indicadas no laudo pericial, corrigidas desde o recebimento. Por fim, enfatizo que a base de cálculo dos honorários, aqui estabelecidos em 7,5%, deve ser o valor efetivamente recebido pelos réus, e somente serão devidos quando houver a satisfação do crédito exequendo. (negritos acrescentados)

Verifica-se que as agravantes lograram reduzir em parte considerável a parcela de pedidos deferida pela sentença, porém ficaram vencidas quanto a direitos e teses jurídicas relevantes, não sendo a expressão monetária do sucesso obtido o único critério que deve ser analisado.

Nesse passo, entendo que efetivamente houve equivalência entre a vitória e o insucesso dos autores, pelo qual devem igualmente se responsabilizar.

O entendimento do STJ, em hipóteses similares, segue essa linha decisória, *in verbis*:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.
EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE TÍTULO
JUDICIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE EXPURGOS**

INFLACIONÁRIOS. PRIMEIROS EMBARGOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. SEGUNDOS EMBARGOS. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. READEQUAÇÃO. OMISSÃO CARACTERIZADA.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios opostos por H H PICCHIONI S.A. CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas sim reformar o julgado por via inadequada.

2. Nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, não compete a esta Corte o exame de dispositivos constitucionais em sede de embargos de declaração, ainda que opostos para fins de prequestionamento, sob pena de invasão da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

3. Impõe-se que seja sanada a omissão relativa à distribuição dos ônus de sucumbência em virtude do parcial provimento do recurso especial. Caracterizada a sucumbência recíproca, o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios serão reciprocamente distribuídos e suportados na proporção de 60% pelo recorrente e 40% pela recorrida.

4. Embargos de declaração opostos por H H PICCHIONI S/A CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS rejeitados e embargos de declaração opostos por BANCO VOLKSWAGEN S.A parcialmente acolhidos apenas para sanar omissão, sem modificação do mérito do acórdão embargado.

(Terceira Turma, EDcl no REsp 1.430.436/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, unânime, DJe de 2.2.2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CPC, ARTIGOS 20, § 3º E 21, **CAPUT**.

I. Verificando-se vitória parcial de ambas as partes em proporção distinta, altera-se a parte correspondente da decisão para adequá-la à

condenação.

II. Conforme interpretação da 2ª Seção do STJ, a Lei n. 8.906/94 não impede a compensação determinada pelo art. 21 do CPC (REsp n. 155.135/MG, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 08.10.2001).

III. Agravo regimental parcialmente provido.

(Quarta Turma, AgRg no REsp 533.465/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, unânime, DJU de 20.10.2003)

Identificada a sucumbência recíproca, na forma do art. 21, *caput*, do CPC anterior, devem ser divididas as despesas processuais pela metade, arcando as partes com os honorários de seus advogados.

Em face do exposto, conheço do agravo para, de logo, conhecer em parte e, nessa extensão, dar provimento ao recurso especial, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora